

## VENEZUELA EM CRISE: O QUE MUDOU COM MADURO?

Julia Pedroni Batista Bastos<sup>1</sup>  
Marcelo Fernando Quiroga Obregón<sup>2</sup>

---

Fecha de publicación: 01/04/2018

**Sumário:** Introdução. **1.** Digressão histórica sobre a política chavista. 1.1. Posse e primeiro governo chavista (1999 - 2006). 1.2. O socialismo do século XXI no último governo de Chávez (2006 - 2013). 1.3. O governo de Nicolás Maduro (2013 - ...). **2.** A crise contemporânea da Venezuela. 2.1. Um chavismo sem Chávez. 2.2 A dependência econômica na produção de petróleo. 2.3 Repercussões das eleições parlamentares de 2015. - Considerações Finais. - Referências.

**Resumo:** Este artigo tem por objeto analisar a crise política, econômica e social que se instalou na Venezuela após a recente morte de seu líder Hugo Rafael Chávez Frias (1954-2013). A base teórica da pesquisa consiste na coletânea de artigos, organizados por Karl Schurster e Rafael Araujo no livro *A Era Chávez e a Venezuela no tempo presente*. Além disso, o estudo tem por

---

<sup>1</sup> Graduanda do 10º período do Curso de Direito da Faculdade de Direito de Vitória (FDV). [basp\\_j@hotmail.com](mailto:basp_j@hotmail.com)

<sup>2</sup> Doutor em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória - FDV, Mestre em Direito Internacional e Comunitário pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Especialista em Política Internacional pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, Graduado em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo, Coordenador Acadêmico do curso de especialização em Direito Marítimo e Portuário da Faculdade de Direito de Vitória - FDV -, Professor de Direito Internacional e Direito Marítimo e Portuário nos cursos de graduação e pós-graduação da Faculdade de Direito de Vitória - FDV. [mfqobregon@yahoo.com.br](mailto:mfqobregon@yahoo.com.br)

referência a obra recente de Edson Pereira Bueno Leal *Venezuela – Gobierno Nicolás Maduro – 2013 a abril de 2016*. Assim, realizando uma abordagem histórica sobre a Política na Venezuela na Era Chavista, será possível identificar as principais determinantes da instabilidade político-institucional do país latino-americano.

**PALAVRAS-CHAVES:** Venezuela; Chavismo; Bolivarianismo; Socialismo do século XXI; Petróleo.

## INTRODUÇÃO

Este artigo científico tem por pretensão a compreensão das pretensas causas da instabilidade político-institucional que se instalou na República Bolivariana da Venezuela após a morte do ex-presidente Hugo Chávez. Para alcançar esse objetivo será traçada a trajetória política e suas consequências sociais e econômicas do país após a consolidação do *chavismo* no Poder Executivo, que será compreendido pelos Governos de Hugo Chávez e Nicolás Maduro.

Assim, o primeiro capítulo realiza uma abordagem histórica da seguinte forma: a primeira subseção abarca a posse de Chávez em 1999, com a promulgação de sua Constituição e a realização da nova eleição presidencial no ano seguinte, a qual o torna legítimo para um mandato até 2006. Destaca-se que, nesse período, a oposição já era capaz de gerar incômodo à governabilidade do chavismo; na segunda subseção, a pesquisa discorre sobre o surgimento da ideologia do *Socialismo do século XXI*, elaborada pelo próprio presidente venezuelano e sua repercussão prática na execução dos últimos mandatos de Chávez até a sua morte em 2013; a terceira resumirá as características centrais do governo, ora vigente, de Nicolás Maduro – o sucessor de Chávez.

Dessa forma, estando o debate contextualizado no marco temporal da Política de Chávez em diante, será possível discernir as principais causas da crise contemporânea, com destaque para a sociedade, economia e política venezuelana. Isso se desenvolverá no último capítulo que tratará em suas subseções, respectivamente, sobre a identidade do chavismo após a morte de seu líder; a queda do preço do petróleo e seus fortes impactos na economia do país, devido a dependência financeira da Venezuela na produção do hidrocarboneto e; as eleições de 2015, onde o parlamento foi ocupado legitimamente pela maioria opositora e as atitudes autoritárias tomadas pelos chavistas diante disso.

Com isso, a pesquisa pretende alcançar seus objetivos, no sentido de fazer com que os futuros leitores tomem consciência da realidade posta da Venezuela, assim como de suas causas, a partir de um estudo sobre sua memória recente. Dessa forma, a propositura de opiniões e soluções se dará com maior conhecimento sobre o assunto.

# 1 DIGRESSÃO HISTÓRICA SOBRE A POLÍTICA CHAVISTA

Antes de adentrar na identidade da crise contemporânea da Venezuela e necessário entender o processo de transformação política, social e econômica do país que se desenvolveu com as ideias de Hugo Chávez e, por isso, denominadas chavistas. A delimitação temporal do estudo será a partir da posse de Chávez – com algumas breves considerações pretéritas – até os momentos atuais. Isto posto, melhor será o entendimento sobre a instabilidade político-institucional instalada no país sob o governo de Maduro. Ressalte-se que tal abordagem não pretende ser exauriente, pois merece um estudo específico e dedicado.

## 1.1 POSSE DE HUGO CHÁVEZ (1999-2006): O INÍCIO DE UMA ERA

De forma preliminar, é fundamental que se compreenda resumidamente o contexto político da Venezuela no período que antecedeu à posse legítima de Hugo Chávez como Chefe do Executivo (SCHURSTER; ARAUJO, 2015, p. 15-17): após o término da Guerra Fria e da consequente consolidação dos Estados Unidos da América como país dominante do mundo, a sociedade venezuelana inicia seu processo de insurgência contra o neoliberalismo e a democracia representativa, tendo como marcos históricos os episódios de *Caracazo* (1989), da tentativa de golpe de Estado pela operação *Zamora*, liderada por Hugo Chávez (1992) e do processo de impeachment de Andrés Pérez (1993). Após a condenação de Pérez e da presidência interina do presidente do Congresso à época, elegeu-se de forma indireta Ramón Velásquez, que organizou as eleições do fim do mesmo ano, cujo eleito foi Rafael Caldera Rodrigues, que anistiou Hugo Chávez pela tentativa de golpe contra Pérez em 1992.

No governo de Caldera, o país latino-americano enfrentou forte crise econômica, causada pelo colapso do sistema bancário<sup>3</sup>, pela baixa na exportação do petróleo e em outros indicadores socioeconômicos<sup>4</sup> e que tomou proporções ainda maiores após a opção do governo em aceitar a implementação das reformas de cunho neoliberal do Fundo Monetário Internacional (FMI) para superação da crise.

Toda essa conjuntura contribuiu para que ascendesse a imagem de Hugo Rafael Chávez Frías, que, após sua soltura, filiou-se ao Movimento da Quinta República (MVR) e mudou sua estratégia de conquistar o Poder Executivo:

---

<sup>3</sup> A crise financeira que assolou a Venezuela em 1994 acarretou na estatização de 18 (dezoito) bancos. (SCHURSTER; ARAUJO, 2015, p. 52).

<sup>4</sup> No ano de 1996, a inflação registrada na Venezuela foi de 103% e o PIB decresceu em menos de meio ponto (SCHURSTER; ARAUJO, 2015, p. 52).

abandonou a ideia de golpe e concentrou-se nas eleições de 1998 (SOUZA, 2015, p. 53). A base da campanha eleitoral de Chávez consistia no tripé: *refundação da Venezuela, antineoliberalismo e combate à pobreza* (SCHURSTER; ARAUJO, 2015, p. 18), o que conquistou sua eleição por maioria de 62, 46% dos votos (SOUZA, 2015, p. 53) e sinalizou o começo da Era de Chávez, que durou 14 (quatorze) anos como se verá no decorrer deste estudo.

Já em 2000, o presidente eleito consegue a aprovação de sua Constituição, que transformou o país na República Bolivariana da Venezuela<sup>5</sup>. As mais notórias modificações proporcionadas pela nova Constituição foram (SOUZA, 2015, p. 55) “a transformação do Parlamento de bicameral em unicameral; a modificação da estrutura do Judiciário, estabelecendo eleições para juízes e o esvaziamento do sistema bipartidário, já enfraquecido nas últimas eleições”. Em outras palavras (VILLA, 2005, p. 10),

[...] a nova Constituição tem entre suas fortalezas o fato de ter estabelecido novas pautas para a reestruturação do poder judiciário e ter elevado a *cinco* os poderes públicos: além dos três poderes clássicos (Executivo, Legislativo e Judiciário), somaram-se o Poder Cidadão e o Eleitoral [...]. Além disso, a nova Constituição, que alteraria o nome da Venezuela para República Bolivariana da Venezuela, concedeu também o voto aos militares e transformou o poder legislativo de bicameral em unicameral, sendo sua instância máxima a Assembleia Nacional.

Além disso, a Constituição previu novas eleições para o mesmo ano, cujos mandatos seriam de 6 (seis) anos. Nessas eleições, Chávez vence e obtém maioria no Congresso, consolidando a hegemonia do chavismo.

No ano seguinte, foram promulgadas 49 (quarenta e nove) Leis Habitantes<sup>6</sup>. Isso foi necessário para que as transformações sociais propostas pelo Presidente em sua propaganda eleitoral fossem concretizadas. Dentre elas, destacam-se as mais radicais, que fizeram eclodir um movimento de oposição ao chavismo: a Lei de Pesca; Lei de Terras e Desenvolvimento Agrário e; Lei dos Hidrocarbonetos, pois interferiam drasticamente no mercado privado, comandado por grupos econômicos influentes e vinculados ao capital estrangeiro. Em síntese, a Lei de Pesca garantia a continuidade da atividade do pequeno pescador, criando entraves para o desenvolvimento da pesca industrial; a Lei de Terras limitava a propriedade e produção rural, com vistas a realização de uma reforma agrária; a Lei dos

---

<sup>5</sup> Bolivariana, pois, tem por inspiração a doutrina e prática de Simon Bolívar, militar e líder político que conduziu a Venezuela no processo de descolonização.

<sup>6</sup> À grossa comparação seria o mesmo que as medidas provisórias brasileiras, isto é, leis oriundas do Executivo.

Hidrocarbonetos, por fim, aumentou a regulação e fiscalização estatal sobre a indústria petroleira, com tendências a reverter as privatizações realizadas no setor pelos governos anteriores. (SCHURSTER; ARAUJO, 2015, p. 20-21).

A partir dessas mudanças legislativas, intensifica-se o movimento de oposição ao chavismo, formando, assim a “Coordinación Democrática” (CD), uma entidade composta pelas mais diversas organizações da sociedade civil, financiada pelos Estados Unidos, que contava com a participação da (SCHURSTER; ARAUJO, 2015, p. 21)

Federação de Câmaras, Associação de Comércio e de Produção da Venezuela (Fedecâmaras), tecnocratas da PDVSA, a Central dos Trabalhadores da Venezuela (CTV), funcionários públicos, organizações sociais da sociedade civil, a cúpula das Forças Armadas, meios privados de comunicação, AD e COPEI. A CD contou com o auxílio financeiro dos Estados Unidos, *National Endowment for Democracy (NED)*.

A CD colocou em prática a oposição em abril de 2002, mediante greves e manifestações, que visavam a renúncia de Chávez. Diante de tamanha mobilização e do possível embate violento que se travaria entre opositores e chavistas, em 11 de abril de 2002, o presidente se entregou aos oficiais líderes do golpe. A atitude do chefe do governo impactou seus apoiadores – com destaque às camadas mais pobres do país - que, de forma espontânea, se organizaram para reivindicar a legitimidade do governo e exigir o retorno de Chávez à presidência, o que aconteceu dois dias após sua prisão, pois as Forças Armadas sentiram-se pressionadas pelo clamor popular.

A retomada do governo após o golpe foi conciliatória, pois Hugo Chávez não criou um embate político-ideológico com os opositores, pelo contrário, o Presidente priorizou medidas de diálogo e de respeito às instituições, como exemplo, a “reorganização das Forças Armadas, abertura de espaços políticos para opositores, aproximação com setores econômicos golpistas e conciliação com gerentes petroleiros que atuaram ao lado da oposição nos dias dos distúrbios” (SCHURSTER; ARAUJO, 2015, p. 21-22). Na síntese de Villa (2005, p. 12),

[d]epois do fracassado golpe de 11 de abril de 2002, um dos objetivos de Chávez era reconquistar o apoio do setor social médio por meio da utilização de uma linguagem de conciliação nacional e de políticas públicas efetivas. Para atingir tal objetivo, poderia ter aproveitado da fraqueza e da torpeza dos setores empresariais associadas ao comprometimento de suas dirigentes para com o falido golpe. Chávez até tentou esse movimento de conciliação, mas existia um problema que pareceu ter ficado fora de seus cálculos: o país havia chegado a um grau tal de polarização política e social que o presidente ficara com uma margem reduzida de possibilidades de conciliação. O que

significava, em outras palavras, que os ódios políticos superavam, por ampla margem, as possibilidades de conciliação nacional na Venezuela atual.

Não obstante às tentativas chavistas de apaziguar o país, a oposição se inflamou novamente no fim de 2002 e início de 2003, com a paralisação da principal fonte econômica do país: a produção do petróleo. No entanto, as elites políticas que desejaram a implosão do governo – apesar de alcançarem o déficit no caixa público, altos níveis de desemprego, aumento da marginalização e falta de desenvolvimento socioeconômico – não contaram que Chávez sairia ainda mais fortalecido em termos de apoio popular, o que fez com que as paralisações perdessem força. Ao fim do episódio, Chávez tinha capital político suficiente para nacionalizar o petróleo, tendo apoio das Forças Armadas e do povo, afastando as elites opositoras da direção do principal produto venezuelano. Esse evento marca o período do “nacionalismo petrolero” (RIBEIRO, 2015, p. 266). Além disso, após o retorno da governabilidade chavista, Chávez cria as *missões sociais*, estratégia de democracia participativa, que descentralizava o Poder Executivo do Governo e transferia para as comunidades a gestão de políticas públicas de suas regiões, que seriam financiadas pelos recursos do petróleo estatizado (SCHURSTER; ARAUJO, 2015, p. 30-31).

Mesmo após os insucessos em retirar Chávez do Poder, a oposição realizou outra tentativa, dessa vez utilizando-se de um instrumento institucional, constitucionalmente previsto: a realização de um referendo popular que visava à revogação do mandato presidencial. Porém, mais uma vez Chávez obtém a vitória popular quando, em 15 de agosto de 2004, por 58,9% dos votos, é aprovada a continuidade do mandato presidencial de Hugo Chávez (PEREIRA, 2015, p. 106-107).

Diante da derrota, a oposição abandonou o cenário político até 2006, o que fez com que o chavismo se consolidasse como governo legítimo, propiciando a formação do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV) e demais repercussões práticas do *Socialismo do século XXI* (SOUZA, 2015, p. 57).

## 1.2 O SOCIALISMO DO SÉCULO XXI NO ÚLTIMO GOVERNO DE CHÁVEZ (2006-2013)

Hugo Chávez é reeleito presidente da Venezuela em 2006 com 62,9% dos votos (SOUZA, 2015, p. 58) e, assim que tomou posse, declarou que o objetivo de seu governo seria guiar o país a rumo do *Socialismo do século XXI*: um modelo de sociedade que se pautaria na solidariedade e cooperação, a fim de frear a destruição provocada pelo neoliberalismo. Na explicação de Pereira (2015, p. 109),

tratava-se [...] de uma ideologia embrionária, que visava promover uma democracia “proativa” e “participativa”, que aproximaria a tomada de decisão do povo através de comitês localizados e, num objetivo mais ambicioso ainda, que substituiria em devido tempo a economia de mercado, orientada para o lucro, por um sistema de troca de bens e serviços através de “equivalências” calculadas segundo valores de uso acordados.

A principal medida prática desse discurso ideológico foi a fundação do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV), que objetivava, sobretudo, a iniciação de jovens militantes no chavismo para formação de um quadro político para concorrer às eleições. O Partido se autoproclamava como “democrático, anticapitalista e anti-imperialista”. (SCHURSTER; ARAUJO, 2015, p. 27).

No ano subsequente, Chávez toma uma medida que gera enormes repercussões na mídia internacional: nega a concessão da licença da Rede Caracas de Televisão (RCTV), acusando-a declaradamente de ser uma mídia golpista. No mesmo ano, tenta aprovar sem sucesso reformas constitucionais, que aumentariam seu poder e a velocidade da transformação da Venezuela. Isso, como destaca Souza (2015, p. 58), representou a primeira derrota nas urnas de Chávez. Nesse momento, a oposição aproveitou a fraqueza política do Governo e se organizou na Mesa de Unidade Democrática (MUD), reinserindo-se na luta legítima pelo poder. Às vésperas de 2009, Chávez consegue aprovar várias reformas constitucionais, dentre elas a possibilidade de reeleição ilimitada, o que proporcionou sua manutenção no poder até a sua morte.

As eleições parlamentares de 2011 evidenciaram menor adesão da população ao chavismo: a Assembleia Nacional foi ocupada por número significativo da oposição. Não obstante, na eleição presidencial de 2012, Hugo Chávez foi reeleito pela terceira vez consecutiva para exercício do mais alto cargo executivo do país, vencendo por 55,8% dos votos o empresário Henrique Capriles (SOUZA, 2015, p. 59). Porém, o Presidente não pôde assumir formalmente o cargo, por estar em tratamento médico de câncer em Cuba, doença que o levou a óbito em 05 de março de 2013.

### 1.3 O GOVERNO DE NICOLÁS MADURO (2013 - ...)

Antes de iniciar seu tratamento contra o câncer em 2012, Chávez indicou como seu sucessor Nicolás Maduro (SCHURSTER; ARAUJO, 2015, p. 40-41), apesar de previsão expressa constitucional no sentido da necessidade de realização de novas eleições em até 30 (trinta) dias após a morte do Presidente. Assim, logo depois de pronunciar a morte de Chávez, o Ministro da Defesa da Venezuela declarou que a Força Armada Nacional e o povo



deveriam apoiar o vice-presidente Nicolás Maduro para a futura eleição e dar continuidade ao governo chavista (LEAL, 2016, p. 3-4).

Diante do pronunciamento oficial, a oposição que já havia se organizado para as eleições no caso de falecimento do Presidente, inclusive, já tendo cooptado o possível candidato, se insurge contra a medida de promover Maduro presidente interino. Sob as acusações de inconstitucionalidade, uma vez que Chávez nem chegou a tomar posse do último mandato (2012) e, por isso, segundo a Carta Política do país, quem deveria assumir interinamente seria o presidente da Assembleia Nacional, Diosdado Cabello, que aceitou prontamente a decisão do ex-presidente, por fazer parte do PSUV. Além disso, a impugnação da posse de Maduro perante à Justiça fracassou, pois, apesar de Chávez não ter tomado a posse do governo em 2012, acolheu-se a tese de que houve continuidade administrativa entre seus dois mandatos.<sup>7</sup>

Até mesmo os opositores já previam que Maduro seria eleito, devido à recente sensibilização da população venezuelana quanto à morte de seu líder. O que, de fato, ocorreu em 14 de abril de 2013, quando derrotou o candidato da oposição Henrique Capriles, por 50,75% dos votos contra 48,97%, iniciando, assim, um governo turbulento, cujo término do mandato é previsto para 2019.<sup>8</sup> Segundo aborda Leal (2016, p. 28-29),

O resultado da eleição mostra que o chavismo não é uma unanimidade na Venezuela. [...]. A Venezuela está claramente dividida ao meio e o resultado não dá aos chavistas a legitimidade para aprofundar a consolidação do “socialismo” no país”. [...]. Ou Maduro terá que buscar diálogo com a oposição, ou corre o risco de mergulhar o país na ingovernabilidade.

A vitória de Maduro no cenário mundial foi recebida com controvérsias: enquanto os países com aproximação ideológica à bolivariana reconheceram prontamente as eleições, os outros que adotam uma perspectiva neoliberal evitaram parabenizá-lo. Já a oposição se recusou a aceitar os resultados e Capriles convocou manifestações para os dias 15, 16 e 17 de abril de 2017. Nessas manifestações houve confronto com a Guarda Nacional, onde 8 pessoas morreram, conforme Luísa Ortega Diaz, procuradora-geral da Venezuela à época.<sup>9</sup>

---

<sup>7</sup> Ressalte-se que esta subseção utiliza como referência bibliográfica principal a obra de Edson Pereira Bueno Leal *Venezuela – Governo Nicolás Maduro – 2013 a abril de 2016*.

<sup>8</sup> Segundo a BBC, a estreita vitória de Maduro representa a melhor colocação da oposição desde a primeira eleição vencida por Chávez em 1999. Disponível em: [http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/04/130414\\_venezuela\\_resultado\\_pu\\_dt](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/04/130414_venezuela_resultado_pu_dt). Acesso em 05 set. 2017.

<sup>9</sup> Segundo o Ministério do Interior (LEAL, 2016, p. 30-31), mais de 60 pessoas se feriram e 170 foram presas.

Após as manifestações da oposição, o discurso de Nicolás Maduro se distanciou do tom conciliatório utilizado por Chávez quando da tentativa de golpe ao seu governo em 2002, o que reafirmou as teses liberais do uso do autoritarismo por Maduro para manutenção do poder, em detrimento da ausência do carisma de Hugo Chávez. Como uma das consequências à política de distanciamento adotada por Maduro em relação aos antichavistas, a Assembleia Nacional da Venezuela, presidida pelo chavista Diosdado Cabello, negou palavra aos deputados opositores, apesar destes ocuparem 41% do parlamento.

Após tomar a posse do governo, o embate se polarizou ainda mais, pois enquanto Maduro declarava publicamente pretensas teorias conspiratórias realizadas por antichavistas, estes convocavam mais manifestações contra a manutenção do governo, radicalizando a oposição. Como exemplo, em maio de 2013, houve um episódio de violência entre os parlamentares no interior da Assembleia Nacional.<sup>10</sup>

A tese opositora principal era a ilegitimidade das eleições e a ocorrência de suposta fraude eleitoral, tendo em vista que o Conselho Nacional Eleitoral (CNE) era composto por chavistas e, por isso, o resultado poderia ter sido tendencioso. Com base nisso, os antichavistas pugnavam pela anulação da eleição. Porém, em junho de 2013, o CNE finalizou a auditoria requerida e confirmou a vitória de Maduro sobre Capriles.

O plano para o governo de Maduro é a corroboração do traçado por Chávez em 2012, cujas metas principais são a continuidade da implantação do socialismo na Venezuela, o aumento da produção do petróleo, a erradicação da miséria e a criação de outros polos produtivos nacionalizados. Isso quer dizer que Maduro mantém uma postura conservadora em relação ao governo anterior, além de fundar seu capital político inteiramente na memória chavista.

No entanto, as condições materiais do país em 2013 eram de escassez de produtos básicos de subsistência<sup>11</sup>, crise no setor elétrico<sup>12</sup>, inflação alta, desvalorização do câmbio e queda no PIB. Além disso, em novembro de

---

<sup>10</sup> Notícia veiculada pela BBC. Disponível em:

<[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/05/130501\\_vene\\_violencia\\_polarizacao\\_pai](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/05/130501_vene_violencia_polarizacao_pai)>.

Acesso em 05 set. 2017.

<sup>11</sup> A taxa de escassez atingiu 22,4% em novembro de 2013. (LEAL, 2016, p. 59).

<sup>12</sup> Como colacionado por Leal (2016, p. 52), o jornal Folha de São Paulo, em 04 de setembro de 2013, informou a ocorrência de um apagão em 14 dos 23 Estados da Venezuela, cuja causa seria a “falta de investimentos e [...] ineficiência do setor após a nacionalização promovida por Chávez”.

2013, Maduro adotou medidas demasiadamente intervencionistas ao reduzir preços de mercadorias por ordem presidencial, limitando, dessa maneira, a margem de lucro do setor privado, o que acarretou no fechamento de várias lojas. No mesmo mês, consegue aprovar a “Lei Habitante”, usada por Chávez anteriormente, que deu a Maduro poderes especiais para legislar por decreto por um ano. Através do mecanismo jurídico, limitou em 30% o lucro do empresariado venezuelano, estabeleceu um teto máximo para os valores dos alugueis e fixou os preços dos automóveis, cuja produção passa a ser submetida ao controle do Estado. Não obstante à crise econômica, Maduro concede muitas promoções às Forças Armadas, elevando o salário dos militares em 60% se comparado com o Governo Chávez, a fim de resguardar o apoio do setor.

Desde então, a Venezuela se vê imersa em conflitos violentos entre chavistas e opositores, que se intensificaram a partir de março de 2014, guiando o país para o ápice de uma crise, que toma proporções inimagináveis.

## **2 A CRISE CONTEMPORÂNEA DA VENEZUELA**

Compreendida a história política recente da Venezuela, este capítulo busca traçar os principais aspectos da crise institucional e socioeconômica que se instalou no país, principalmente, a partir de 2014. Este estudo foca em três causas desencadeadoras da crise: a) a morte de Hugo Chávez em 2013; b) a queda do preço do barril de petróleo em 2014 e; c) a estratégia chavista em relação à vitória da oposição nas eleições parlamentares de 2015.

### **2.1 UM CHAVISMO SEM CHÁVEZ**

A morte de Hugo Chávez, em 05 de março de 2013, gerou impactos que extrapolaram os limites do território venezuelano. Isso, pois, a força ideológica de seu discurso servia de parâmetro para os demais governos esquerdistas da América Latina. Assim, a ausência de sua figura emblemática na política interna e externa fez com que as forças centristas se organizassem para tentar ocupar o poder e consolidar sua ideologia.

A questão levantada por Schurster e Araujo (2015, p. 40) é o que se problematiza nesta subseção: “é possível um chavismo sem Chávez?”. Ora, é certo que os governos de Chávez elevaram a participação política da camada social pobre, além disso a empatia da população venezuelana com o seu Comandante – como Chávez era chamado – foi influenciada pela emissão semanal do programa por ele criado em 1999, chamado *Alô Presidente*, o qual estabelecia um canal de comunicação direta dos telespectadores com o Presidente. A título de demonstração da eficiência da medida, em 13 anos de programa, 8.020 (oito mil e vinte) cidadãos falaram

ao vivo com Hugo Chávez e 25.000 (vinte e cinco mil) cartas foram respondidas (PEREIRA, 2015, p. 108).

Vê-se, portanto, que Chávez era um líder de massas, cujas características marcantes eram a oratória e a carisma, o que fazia com que a população apoiasse seus discursos, por mais radicais que fossem. Exemplo disso é o fato de mais de dois milhões de pessoas terem acompanhado pessoalmente seu velório em 2013 (SCHURSTER; ARAUJO, 2015, p. 40).

Assim, com a morte de Chávez, a Venezuela perde sua marca registrada e, mesmo com a ascensão de Maduro à Presidência essa lacuna não foi preenchida. Como bem pontuam Schurster e Araujo (2015, p. 42),

Maduro não é Chávez. Ele é menos radical. Representa o que denominamos um chavismo de centro. [...] O culto a Chávez poderá manter viva, durante um tempo, a chama revolucionária que ele ascendeu na Venezuela. Mas ela poderá se apagar, caso Maduro não mantenha a continuidade do combate à pobreza, realize as necessárias transformações na estrutura produtiva, sobretudo extirpando a dependência em relação ao petróleo, e combata continuamente à burocracia e à corrupção.

Por não apresentar as mesmas qualidades populistas de Chávez, Maduro teve que recorrer à Força Militar para garantir a manutenção do seu poder. Enquanto Chávez detinha o poder através das urnas, Maduro se apoia no Exército, o que, na opinião de muitos estudiosos, se mostra antidemocrático, autoritário e totalitário.

## 2.2 A DEPENDÊNCIA ECONÔMICA NA PRODUÇÃO DO PETRÓLEO

A política recente da Venezuela é intrinsecamente relacionada com o petróleo. Conforme explica Ribeiro (2015, p. 257-268), a dependência do Estado com o produto, desde o início do século XX, permite apelidar o país de *nação petroleira* e, isso não pode ser considerado um benefício econômico sem ressalvas.

Frise-se que o preço do barril é condicionado pelo mercado mundial, uma vez que a principal destinação do produto na Venezuela é a exportação. Além disso, na Era Chávez, especificamente a partir de 2003, houve a nacionalização do petróleo, o que proporcionou a aplicação da arrecadação petroleira em programas sociais. No entanto, isso só foi possível, devido aos altos preços no mercado internacional. Logo, a distribuição da renda em políticas públicas depende do balanço comercial internacional e, este é influenciado por inúmeros fatos, o que condiciona o bem-estar social da Venezuela às variáveis econômicas do mercado mundial.

É por isso que no Governo de Chávez, a alta nos preços dos barris de petróleo fizeram com que os indicadores socioeconômicos do país disparassem, o que, por outro lado, gerou ameaças inflacionárias. Diante disso, a Venezuela iniciou uma política de controle da inflação através da regulação do câmbio<sup>13</sup>. No fim de seu último mandato, a dependência econômica no produto estava ainda mais perigosa, fruto de uma sobrevalorização cambial esquizofrênica.

Após Maduro, a inflação só aumentou e o PIB per capita diminuiu, devido às medidas por ele adotadas de limitação de lucros, o que fez com que os outros setores – que não petroleiros – sabotassem a economia do país, através da alta inflação e da escassez de produtos básicos de consumo, aumentando ainda mais a dependência no petróleo.<sup>14</sup>

A crise se agravou em 2014, quando houve baixa no preço do petróleo e, assim, a exportação diminuiu. Para Paiva (2017, Carta Capital, 30.08.17),

[m]uito embora sejam sedutoras teorias conspiratórias (e este autor não nega a importância de atores internacionais), a principal causa da crise econômica da Venezuela é interna e decorre da manipulação irresponsável da taxa de câmbio como mecanismo de controle de preços sem o respaldo das políticas monetária e fiscal, agravando a crônica dependência do petróleo do país. Os controles de preços são uma tentativa desesperada e inócua de adiar ajustes inevitáveis, que provavelmente levarão a uma hiperinflação. Possivelmente, a Venezuela é o caso mais grave de doença holandesa<sup>15</sup> da história.

Todo exposto, a crise econômica repercutirá nas condições sociais do país, tendo em vista que a política adotada de dependência e nacionalização do petróleo pelo bolivarianismo condiciona os programas sociais à lucratividade da exploração do produto.

### 2.3 REPERCUSSÕES DAS ELEIÇÕES PARLAMENTARES DE 2015

Por fim, mas não menos importante, este artigo pretende discorrer sobre os impactos das eleições parlamentares ocorridas no fim de 2015 para a intensificação da crise institucional do país.

---

<sup>13</sup> Por regulação do câmbio, entenda-se (des)valorização da moeda, sem a utilização de critérios objetivos internacionais.

<sup>14</sup> Para informações mais precisas, consultar PAIVA, Rafael Bianchini Abreu. **A tragédia econômica venezuelana**. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/conjunturando/a-tragedia-economica-venezuelana>. Acesso em 06 set. 2017.

<sup>15</sup> O autor citado ao dizer que a Venezuela é o caso mais grave da doença holandesa, se refere às consequências desastrosas do lucro obtido pela Holanda na exploração de gás do Mar do Norte no restante da produção econômica do país. Há, assim, uma analogia em relação aos efeitos negativos da lucratividade potencial do petróleo na economia da Venezuela.

Ironicamente, no mesmo dia em que se completou 17 anos da primeira vitória do chavismo, as urnas escolheram como maioria parlamentar a oposição, representada pela MUD. Isso se justifica por toda a dificuldade socioeconômica enfrentada pelo país a partir do Governo de Nicolás Maduro que acima foi narrada. O Presidente, contudo, não reconheceu as eleições, tendo, inclusive, anunciado que “o chavismo tem de ganhar do jeito que seja” (J.L., El País, 08.12.2015).

Com esse resultado, o governo perdeu sua hegemonia no Legislativo – mas a manteve no Executivo e Judiciário. Na prática, isso representou a rejeição de todas as propostas normativas submetidas pelo Executivo ao Parlamento, assim como a aprovação de várias leis contrárias ao posicionamento ideológico bolivariano. Tendo em vista que o Judiciário Venezuelano é chavista, os mandatos de alguns opositores foram considerados fraudulentos, no entanto, a Assembleia Nacional desobedeceu a decisão da Corte e, esta declarou o “estado de desobediência”<sup>16</sup> do Parlamento, agravando, ainda mais, a crise institucional do país (JAKOBSEN, 2017).

Desde então, o país não conta com condições algumas de governabilidade, estando altamente polarizado, com baixas índices socioeconômico e altas taxas de criminalidade e violência institucionalizada.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Venezuela passou por um recente processo de transição político-ideológica, chamado de chavismo, devido ao nome de seu líder, o ex-presidente Hugo Chávez, cujos mandatos (1999-2013) representaram um avanço na democracia participativa, com a conscientização política e envolvimento das classes pobres. Além disso, o comércio internacional à época garantiu que a arrecadação do petróleo – que fora nacionalizado – fosse revertida em políticas públicas fomentadoras de igualdade social material.

Contudo, apesar de seus feitos louváveis, a oposição sempre esteve presente em seu governo, causando desestabilizações socioeconômicas, que foram balanceadas pelo carisma e apoio popular ao Governo.

Esse cenário se transforma quando o Comandante vem a falecer, no início de 2013, e assume Nicolás Maduro, com características bem diferentes de seu antecessor, mas com o mesmo ideal político: o bolivarianismo. A oposição enxerga na conjuntura uma oportunidade para quebrar a hegemonia

---

<sup>16</sup> Deve-se ter cuidado com a confusão difundida pela imprensa no que se refere a “Suspensão de Poderes da Assembleia Nacional pela Corte Venezuelana”, o que houve foi a declaração do “estado de desobediência parlamentar”.

chavista e se consolidar no poder, o que é facilitada pela crise do petróleo no mercado internacional em 2014 e por sua vitória nas eleições parlamentares de 2015.

Não obstante, o chavismo se mantém no poder. Mas, até quando o regime autoritário e de viés antidemocrático que o chavismo de Maduro se tornou durará? Isso só a história pode dizer.

## REFERÊNCIAS

**Chavismo vence eleição apertada e tensa na Venezuela.** BBC Brasil, 15 de abril de 2013. Disponível em:

[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/04/130414\\_venezuela\\_resultado\\_pu\\_dt](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/04/130414_venezuela_resultado_pu_dt). Acesso em 05 set. 2017.

**Briga no Parlamento complica crise política na Venezuela.** BBC Brasil, 01º de maio de 2013. Disponível em:

[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/05/130501\\_vene\\_violencia\\_polarizacao\\_pai](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/05/130501_vene_violencia_polarizacao_pai). Acesso em 05 set. 2017.

JAKOBSEN, Kjeld. **A disputa política se acirra na Venezuela.** Teoria e Debate, 23 de maio de 2017. Disponível em: <

<http://www.teoriaedebate.org.br/index.php?q=colunas/mundo/disputa-politica-se-acirra-na-venezuela>>. Acesso em 06 set. 2017.

J.L. **A Venezuela dá as costas ao chavismo.** El País, 08 de dezembro de 2015. Disponível em:

<[https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/07/internacional/1449454340\\_373673.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/07/internacional/1449454340_373673.html)>. Acesso em 06 de set. 2017.

LEAL, Edson Pereira Bueno. **Venezuela – Governo Nicolás Maduro – 2013 a abril de 2016.** LEVSaraiva, 2016.

PAIVA, Rafael Bianchini Abreu. **A tragédia econômica venezuelana.** Carta Capital, 30 de outubro de 2017. Disponível em:

<https://www.cartacapital.com.br/blogs/conjunturando/a-tragedia-economica-venezuelana>. Acesso em 06 set. 2017.

PEREIRA, Wagner Pinheiro. **A Revolução Bolivariana e a Venezuela de Hugo Chávez: história e interpretações (1999-2013).** In: *A Era Chávez e a Venezuela no Tempo Presente*. Rio de Janeiro: Autografia; Edupe, 2015.

RIBEIRO, Vicente Neves da Silva. **Venezuela Bolivariana: disputas pelo controle do petróleo em perspectiva.** In: *A Era Chávez e a Venezuela no Tempo Presente*. Rio de Janeiro: Autografia; Edupe, 2015.

- SCHURSTER, Karl; ARAUJO, Rafael. **A Venezuela entre 1989 e 2013: crises, rupturas e continuidades.** *In: A Era Chávez e a Venezuela no Tempo Presente.* Rio de Janeiro: Autografia; Edupe, 2015.
- SOUZA, André Luiz Coelho Farias de. **Instabilidade Política e Democracia na Venezuela – de Carlos Andrés Pérez a Hugo Chávez.** *In: A Era Chávez e a Venezuela no Tempo Presente.* Rio de Janeiro: Autografia; Edupe, 2015.
- VILLA, Rafael Duarte. **Venezuela: mudanças políticas na era Chávez.** 2005. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n55/10.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2017.